

**JOÃO BENEDICTO DE AZEVEDO MARQUES**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO**  
**INGRESSO NO MP: 08/05/1964 E SAÍDA 07/02/1991**

**APMP: Como era o Ministério Público quando o senhor entrou como promotor substituto?**

Eu fui estagiário, em junho de 1960, quando eu ingressei na terceira vara criminal com o doutor Luciano Marques Leite, eu estava no quarto ano da faculdade. Foi o meu primeiro contato com a instituição que eu muito respeito e admiro.

**APMP: Quando o senhor ingressou no Ministério Público quantos promotores havia em São Paulo, em 1960?**

É um dado interessante porque nos anos 60 quando ingressei como estagiário no Ministério Público nós éramos no Estado 220 procuradores e promotores, nós tínhamos oito procuradores de Justiça e o restante eram promotores de Justiça. Na época era promotor substituto, promotor de primeira, segunda, terceira, quarta, especial e procurador de Justiça, a carreira era longa e sempre difícil o ingresso.

Outro dado interessante nesta época é que a sede do MP antes ficava na Libero Badaró e antes disso ficava no oitavo andar do prédio do João Mendes, depois no décimo quinto andar do João Mendes e antes ainda, era no sexto andar do Tribunal de Justiça de SP, que era onde se localizava a corregedoria geral de Justiça. A procuradoria-geral ficava neste local, que tinha três ou quatro salas, aí ficava o procurador-geral, o corregedor-geral e todo o Ministério Público, e o MPSP tinha mais uma salinha que era no primeiro andar do TJ onde ficavam a sede da revista Justitia e a Associação. Nós éramos em 220 e o MP devia ter mais ou menos uns 10 funcionários, conhecíamos todos pelo nome. Então, a instituição

hoje tem cerca de 2600 procuradores e promotores (aposentados e pensionistas), quase três mil membros, e eu ingresse em uma época que só tinha 200.

## **DIFICULDADES DA ÉPOCA**

As dificuldades daquela época eram muito maiores. Para se ter ideia o promotor hoje tem os seus auxiliares, tem até a sua perícia própria dentro do MP, tem veículo. Veículo, por exemplo, havia um só veículo para servir todo o MP, era o veículo do PGJ, depois se comprou o segundo, que era o veículo do corregedor-geral de Justiça. Eram os dois veículos que serviam a todo o MP. E, o instrumento de trabalho do promotor não é como hoje, o computador, evidentemente, era a máquina de escrever.

## **COMARCAS**

Eu comecei a minha carreira como promotor substituto na comarca de Pereira Barreto, que fica a 600 km de SP, uma cidade muito quente, e muito longe, a viagem de carro levavam mais ou menos umas 10 horas. Às vezes a gente ia de avião até Araçatuba e depois pegava o carro e ia até Pereira Barreto, pegando ainda 60 km de estrada de terra por onde passava boiada. Então, as condições de trabalho do MPSP eram muito precárias. Mas, eu aprendi com os promotores da época, por exemplo: o doutor João Batista de Arruda Sampaio, pai do promotor Plínio de Arruda Sampaio, que foi deputado federal e cassado, e com o doutor Luciano Marques Leite, pessoas ilustres, que nós sempre fomos uma instituição a serviço da sociedade e a serviço dos mais marginalizados, os mais sofridos.

Tanto é que um trabalho que eu gostava muito de fazer no interior (na época o promotor também fazia as ações trabalhistas) nós entrávamos com as ações trabalhistas, eu gostava muito de atender a população, os operários que procuravam o promotor na época para reclamar os seus direitos, e a gente atendia, falava-se na fila do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Na época dos anos 60, os trabalhadores rurais não tinham direito, só os trabalhadores urbanos que eram abrangidos pela CLT, eu ainda peguei a relação dos outros empregados.

## **APMP: Quer contar alguma história envolvendo a população?**

Era um caso de uma agressão a uma mulher, uma esposa, que relatava um caso de agressão doméstica, e eu precisava telefonar, e o telefone era magneto, aquele que rodava para conseguir linha, evidentemente que a telefonista ouvia tudo. Eu estava ligando para o delegado de polícia e queria dizer que eu estava encaminhando uma senhora para fazer o boletim. Por azar, estranhamente, do outro lado da linha eu fui muito mal atendido, respondeu grosseiramente, que não tinha que dar satisfação. E, eu, do lado de cá, promotor substituto, interino, recém- formado, preocupado, disse para ele: estou me considerando desacatado. A pessoa respondeu na delegacia: considere-se desacatado. Eu fiquei na saia justa. Se eu não tomasse uma providência sobre aquele episódio eu ia ficar desmoralizado. E o oficial de justiça estava ouvindo a minha conversa. Ai eu falei com a pessoa que estava na delegacia: estou me considerando desacatado. Eu vou ai prendê-lo: venha. E fomos até a delegacia para prender o funcionário. O funcionário não estava lá, já tinha ido embora. Ficamos sabendo que era um funcionário que estava embriagado. Mandei chamá-lo, ele era casado com uma professora. Chamei a pessoa e foi instaurado um inquérito policial.

- Ah, mas eu não sabia que o senhor era promotor.

– O senhor precisa tratar bem qualquer pessoa. E a minha conversa tinha sido ouvida pela telefonista. Uma história real da carreira.

## **APMP: Como foram os episódios na época do esquadrão da morte.**

Vou contar uma história muito rica. O doutor Hélio Bicudo era um homem muito corajoso, ele era baixinho. E, naquela época com todo aquele rumor que havia na cidade sobre o esquadrão da morte sobre as violências praticadas, ele atravessava a Praça da Sé carregando a pastinha dele sozinho e ia para o fórum para a corregedoria, onde estávamos fazendo as investigações sobre o esquadrão da morte. Como é que nós descobrimos na época a questão do esquadrão da morte? Qual foi a primeira pista? Nós recebemos uma denúncia anônima de um sacerdote, que no Presídio Tiradentes tinha um armário onde constavam os boletins de recolha dos presos, e que nos fossemos em tal sala, tal lugar, apreender as pastas, que nestas pastas estava a recolha, e que, se a pessoa aparecesse morta e se estivesse recolhida era evidente que a pessoa morreu dentro da legacia de polícia ou dentro do presídio Tiradentes. Primeiro desconfiamos da veracidade da história, mas resolvemos fazer a diligência. Fizemos e encontramos lá o tal armário, e o sentimento de impunidade era tão grande, que havia o envolvimento do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, do investigador João Carlos Tralli, do Correinha, do Fininho, o sentimento de impunidade era tão grande que eles punham o nome e o apelido do preso recolhido, daí o preso, por azar deles, que eles nunca imaginavam que nós fossemos apreender aqueles boletins, o preso aparecia morto em Guarulhos: fulano de tal morto em tiroteio, - mas não foi morto em tiroteio, ele foi morto dentro do Presídio Tiradentes, sob uma delegacia de polícia, e a prova foi feita, por isso que o fundamental no processo penal é a prova, a prova foi feita através de uma diligência do MP que foi ao Presídio Tiradentes, e apreendeu, no local, os boletins de recolha dos presos, e com isso nós identificamos, na época, mais ou menos uns

200 presos que foram mortos nesses “falsos tiroteios” que teriam ocorrido entre a polícia e os bandidos.

A última história que se conta dessa época eram dos “cabritos”, que eram as armas que os policiais colocavam nas mãos dos bandidos para dizer que houve resistência, isso foi em 68-70, nos anos em que ocorreram as investigações mais fortes.

Teve outro episódio que mostra o grau de impunidade e de confrontação dos nossos policiais da época e das ameaças que os promotores sofreram na época. Nós estávamos uma vez no Tribunal de Justiça, na sala da procuradoria-geral, no auge das investigações do esquadrão da morte, e passou uma caravana de carro de polícia, liderada pelo delegado Fleury, com as sirenes abertas para fazer desfeita ao Tribunal de Justiça, passaram vinte ou trinta carros com as sirenes abertas.

**APMP: O senhor saiu várias vezes do MPSP para trabalhar em governos paulistas, como foi este relacionamento?**

O relacionamento dos governos paulistas com o MPSP sempre foi respeitoso, tirando o tempo difícil da ditadura, que foi difícil para todo mundo. Eu trabalhei em diversos governos, em diversas áreas. Trabalhei no sistema penitenciário, como coordenador, no governo Montoro; depois eu voltei a trabalhar no governo Mário Covas e governo Geraldo Alckmin; trabalhei no governo federal com o presidente Fernando Henrique Cardoso; trabalhei varias vezes como assessor do Ministério da Justiça e fui duas vezes presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Isso me deu uma experiência muito grande porque eu passei a conhecer os problemas do Brasil. Conheci o sistema penitenciário e o sistema judiciário de quase todos os Estados. Muitas vezes você quer fazer e não pode fazer ou não tem verbas, não tem recurso, as verbas são congeladas. Eu tive uma experiência muito grande, conheci o desde sistema penitenciário do Acre, de Rondônia, Amapá, até os Estados mais desenvolvidos, e as realidades são dispares. Por isso

que a gente precisa ter uma visão nacional para compreender certos problemas.

Mas uma coisa é certa, teve um procurador-geral, doutor Mário de Moura Albuquerque que dizia o seguinte, que ele havia casado com o Ministério Público, que o MP era a segunda esposa dele. Então eu sempre tive uma identificação, e tudo o que eu sou e que eu fui eu devo ao MPSP. Foi a minha experiência no MPSP que me habilitou para exercer cargos no governo do Estado e no governo Federal.

## **GRUPOS DE ESTUDOS**

O doutor Antonio Visconti, Julio Cesar Ribas e Clovis Uzeda, e os promotores da época, nós éramos inconformados com as injustiças, com a situação da ditadura militar, então se criou (acho que nos anos 70) o primeiro grupo de estudos. O primeiro grupo foi da capital, doutor Carlito Siqueira teve importância naquele grupo. Os grupos de estudos precederam os seminários, e dependeu muito da visão do presidente da Associação da época, porque a Associação sempre apoiou estes grupos. Eles visavam refletir sobre os problemas do Ministério Público. Por exemplo, falei do Carlito Siqueira depois presidiu a APMP, o doutor Camargo Aranha faz parte da atual diretoria (2013-2014), fizemos grandes júris.

## **TRIBUNAL DO JÚRI DE SP**

O Tribunal do júri, no prédio do Tribunal de Justiça, no salão do júri, muito bonito. O MP sempre se destacou muito principalmente dentro da área criminal, e dentro da área criminal, diziam os promotores do júri que era vitrine do MP, porque em casos de grande repercussão, que a cidade era muitíssimo menor, e o grande acontecimento eram as sessões do tribunal do júri, os estudantes de direito e o povo em geral participava das sessões do

tribunal do júri, enquanto SP tinha duzentos, trezentos mil habitantes. As pessoas tinham interesse no tribunal do júri. Ainda hoje é assim. Há casos que mexem com a opinião pública que acabam no tribunal do júri. Nós tínhamos debates muito fortes com a defesa, mas, entretanto continuávamos amigos dos advogados e dos juízes.

### **APMP: como o senhor vê o Ministério Público hoje?**

O Ministério Público tem uma grande qualidade, ele nunca deixou de se atualizar, o MP está num processo de atualização muito forte, ele tem a sociedade ao lado dele, hoje a sociedade é parceira do MP, a sociedade quer um país melhor. O MP é um ator fundamental nesta melhoria e como fiscal da lei, como controlador dos abusos do Estado. É um papel extremamente respeitado, nós conquistamos este respeito, porque as garantias que nós temos hoje eu não tinha em 1960 quando ingressei no MP, não tínhamos os recursos que temos hoje, mas sempre tivemos o respeito da sociedade. O promotor no interior sempre foi um ponto de importância porque tinha e tem contato com a população mais humilde. Se falar em promotor de Justiça na rua com as pessoas seguramente o cidadão vai se referir com respeito e com confiança. Isso para nós é motivo de orgulho. Temos o respeito da sociedade. E graças ao trabalho dos promotores, que são pessoas dedicadas, corretas, preparadas, idôneas.

Por exemplo, o Felipe Locke Cavalcanti, presidente da APMP, um rapaz jovem, eu vi o Felipe entrar na carreira. Jovem inconformado com as injustiças colocou a Associação ao lado das grandes causas como a PEC37, da PEC01, ele levou a sociedade a participar junto. Isso não era assim há 50 anos.

Eu ressalto a figura do doutor Mário Moura, ele disse uma vez uma coisa extraordinária: escândalo da CMTA, governo Ademar de Barros, ele disse uma coisa que eu nunca esqueci, ele disse assim: perco o meu galardão de procurador-geral, mas não perco a honra. Fiquei emocionado de lembrar este episódio. Ele deixou um

exemplo. Nós tivemos grandes procuradores-gerais, mas Mario Moura foi um exemplo.

## **MEMÓRIAS DOS COLEGAS**

Os colegas de classe na época da ditadura, o caso do Plínio de Arruda Sampaio, filho do doutor João Batista de Arruda Sampaio, que carinhosamente tinha apelido de “João faca”, porque ele era muito bravo. Mas o doutor Plínio de Arruda Sampaio foi um homem cassado pelas suas ideias, um homem corretíssimo. Foi o Plínio, no governo Carvalho Pinto, como chefe da casa Civil, que fez o primeiro planejamento do Estado de SP, em 1958, como promotor de Justiça.

E os promotores de Justiça que sofreram perseguição que foram aposentados. Foram três colegas.

Tem um episódio curioso. Em Pompéia, um promotor, no dia 1º de Abril de 1964, ele hasteou a bandeira do Brasil a meio palmo, e quase foi preso, não fosse à interferência do juiz.

Na época da perseguição e da cassação dos mandatos, ele manou um recado para o governador dizendo: olha, antes de vocês prenderem qualquer promotor de SP, venham me prender. O Secretário de Justiça da época era o Miguel Realli.

### **APMP: Como o senhor tratou a questão da aposentadoria?**

Sobre a aposentadoria: eu senti menos a aposentadoria porque logo que eu me aposentei eu fui convidado pela Ordem dos Advogados para ser presidente da Comissão de Direitos Humanos, e logo em seguida houve a tragédia do Carandiru, participei e escrevi um livro sobre a tragédia do Carandiru. Então eu nunca parei de trabalhar.



